



2.ª Edição, número 8, junho de 2023



EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para a UGT a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



EM DESTAQUE



Conferência das Nações Unidas sobre a Água 2023: Rumo a uma futura governação da água?

[A Conferência das Nações Unidas sobre a Água 2023](#) é um passo importante para combater a insegurança hídrica, uma questão crítica face às alterações climáticas, à perda de biodiversidade e à poluição. Na sequência

do acordo das Nações Unidas para proteger os oceanos do mundo, esta Conferência reúne nações para abordar compromissos voluntários para garantir o acesso equitativo à água para todos.

O direito à água, que cobre 70% da superfície terrestre, é um direito humano «contemporâneo». No entanto, a água doce é consideravelmente menos abundante. A disponibilidade de água, o acesso a água potável, a higiene e o saneamento, a relação água-energia-alimentos e a água para o clima já não estão garantidos. Esta escassez e insegurança representam um grande risco ([Goering 2023](#)).

Estima-se que 800.000 pessoas morram todos os anos de doenças atribuídas à falta de segurança da água, saneamento inadequado e más práticas de higiene, e muitas mais não têm acesso a água potável ([OMS 2022](#)). Os compromissos mundiais em matéria de água têm, portanto, de ser substanciais, transformadores, inovadores e orientados para o futuro.

A [Comissão Europeia](#) reconhece a água como um direito humano e pretende dar resposta a uma lista de 33 compromissos, agrupados em várias prioridades.

Estas incluem a garantia de um acesso seguro, a proteção dos ambientes aquáticos, a promoção da gestão integrada dos recursos hídricos, a promoção da circularidade para a eficiência e a reutilização da água na energia, na indústria e na agricultura, a promoção da cooperação transfronteiriça no domínio da água, o combate à poluição fluvial e oceânica, a mobilização de financiamento público e privado e a afetação de 1,4 mil milhões de euros até 2024.

Para alcançar os compromissos a nível mundial, as parcerias e a cooperação são recursos essenciais. Os intervenientes da sociedade, como a sociedade civil, têm propostas específicas e questionam a eficácia das políticas da água em que a participação do setor privado é substancial.

O Movimento Justiça pela Água tem criticado a privatização dos serviços de água e saneamento e as soluções baseadas no mercado que podem colocar em risco os direitos humanos ([Solano 2020](#)). Concretamente, a Public Service International (PSI) apela a uma melhoria da regulação e da participação social. Uma área que necessita de uma resposta política concreta e sustentável é a das big tech.

As empresas são altamente dependentes de milhares de litros de água por dia – por exemplo, para a gestão dos sistemas de refrigeração dos centros de dados, ou para a produção de semicondutores, que necessitam de água ultrapurificada ([Multani 2020](#)).

A governação da água tem de ter uma perspetiva abrangente. Os presidentes da Comissão Global para a Economia da Água (GCEW) defendem uma reformulação da governação da água. Eles defendem uma estratégia global para governar a água para o bem comum, com preços adequados e apoio direcionado aos pobres (Comissão Global sobre a Economia da Água, 2023). Repensar a governação da água deve ser virado para o futuro e evitar cair nas mesmas velhas narrativas.

A Conferência das Nações Unidas sobre a Água centrou-se no forte envolvimento de uma multiplicidade de partes interessadas. Os seus compromissos só funcionarão se forem abordadas questões sociais mais vastas. Do ponto de vista laboral, os decisores políticos devem agir rapidamente sobre as seguintes questões:

- *Abordar as consequências da falta de acesso à água potável e ao saneamento para as condições de trabalho.* A UNESCO informa que a demanda por água está se intensificando na agricultura, saúde, energia e indústria.

Muitos outros setores do mercado de trabalho são também altamente dependentes da água, como a agricultura, as pescas e a silvicultura, e a

escassez de água e as secas tiveram impactos a longo prazo nas condições de trabalho e na saúde. Estes impactos exigem igualmente respostas de governação a longo prazo.

- *Assegurar a participação inclusiva das várias partes interessadas.* A participação é reconhecida no ODS 6 como um «[mecanismo através do qual os indivíduos e as comunidades podem contribuir significativamente para as decisões e direções de gestão](#)». São necessários mecanismos de governação e novas disposições para assegurar que os atores sociais e os sindicatos possam participar como atores da mudança, por oposição ao papel tradicional de observadores.
- *Garantir que a tecnologia e a inovação não gerem desigualdades sociais futuras.* A digitalização e as tecnologias inovadoras podem trazer novas soluções. No entanto, há certas questões que têm de ser abordadas antes da sua aplicação.
- *As políticas e os regulamentos não devem centrar-se em soluções tecnológicas que contornem os problemas centrais.* Se forem necessárias inovações tecnológicas, deve provar-se que apresentam baixos níveis de risco para as pessoas e para o ambiente. Para avaliar esta situação, deve ser assegurada a participação das partes interessadas pertinentes. Além disso, quando a tecnologia estiver pronta para ser implementada, deve ser financeiramente acessível a todos.

O direito à água é fundamental para a saúde, dignidade e prosperidade de todos. São necessárias medidas de governação e uma regulamentação eficaz para garantir que este direito se aplica a todos os trabalhadores sem discriminação. Há grandes expectativas de que os compromissos da Conferência das Nações Unidas sobre a Água proporcionem uma abordagem coletiva para garantir água para todos.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Saiba mais Aqui](#)

INICIATIVAS DO DEPARTAMENTO DE ADS



Mesa Redonda sobre “A Economia Verde e a Evolução do

Mercado de Trabalho em Portugal”

Desenvolvemos no passado dia 22 de junho 2023, um encontro virtual sobre a temática da **“A Economia Verde e a Evolução do Mercado de Trabalho em Portugal”**.

Pretendeu-se com esta iniciativa proceder à reflexão sobre os principais desafios ambientais colocados à sociedade, bem como a abordagem das principais macrotendências que o mercado de trabalho enfrenta e as possíveis propostas e soluções às questões relativas a uma economia cada vez mais verde num mercado de trabalho em permanente evolução e mutação.

Marcaram presença diversos peritos em matéria de economia verde, a designar:

João Cerejeira – Professor Universitário e coautor do Estudo do CRL: “A Economia Verde e a Evolução do Mercado de Trabalho em Portugal”,

Francisco Lima – Presidente do Conselho Diretivo do INE

Leonor Canadas – Campanha Empregos para o Clima

Jorge Gaspar – Professor do Ensino Superior e Consultor

Reinhard Naumann – Coordenador da Praxis.

A sessão de abertura e moderação contou com a participação de Vanda Cruz, Secretária Executiva do pelouro de Dep.ADS.

Aceda à gravação desta iniciativa [Aqui](#).

Mesa Redonda sobre “A Transição Justa e o Mundo do Trabalho ”

No dia 30 de junho 2023, foi desenvolvido o 2.º encontro virtual sobre a temática **“A Transição Justa e Mundo do Trabalho”**.

O combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

Para a discussão destas questões contamos com a participação de peritos, a designar:

Paulo Pedroso - Professor Universitário

Jaime Braga - Assessor da direção da CIP - Confederação Empresarial de Portugal para os Assuntos Ambiente/ Energia.

Ana Rosa - Gestora de Programas na OIT-Lisboa

Noah Zino - Ativista da Campanha Empregos para o Clima

A sessão de abertura e moderação contou com a participação de Vanda Cruz, Secretária Executiva do pelouro de Dep.ADS.

Aceda à gravação desta iniciativa [Aqui](#).

PARA REFLETIR

Acordo provisório sobre eficiência energética: luzes e sombras

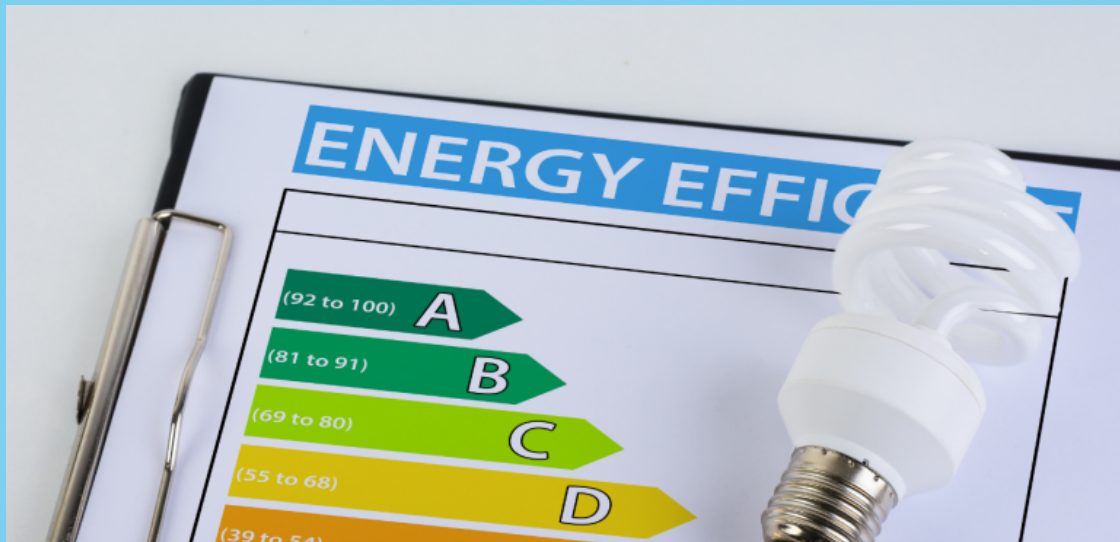


Imagem com DR

No dia 10 de março de 2023, o Conselho Europeu e o Parlamento chegaram a um [acordo provisório para reformar a Diretiva Eficiência Energética da UE](#), que estabelece regras e obrigações para alcançar as metas de eficiência energética da UE para 2030. O acordo visa reduzir o consumo final de energia a nível da UE em 11,7 % até 2030, excedendo a proposta original da Comissão «Fit for 55».

[O relator Niels Fuglsang](#) (S&D, DK) apresentou o acordo como uma grande vitória que "não só é boa para o nosso clima, mas também má para Putin". Kadri Simson, Comissária responsável pela Energia, [acrescentou](#): «A eficiência energética é fundamental para alcançar a descarbonização total da economia da UE e a independência em relação aos combustíveis fósseis russos».

Embora esta seja a primeira vez que os decisores políticos da UE tornam vinculativo um objetivo de consumo de energia, os sindicatos, as ONG e as organizações da sociedade civil são críticos. [A ResCoop, por exemplo, observa](#) que o objetivo global da UE de 11,7% não é vinculativo a nível da UE: os objetivos vinculativos de poupança de energia (1,49%/ano) referem-se apenas a cada Estado-Membro.

Entretanto, [o Rede de Ação Climática \(Europa\) lamenta](#) que, apesar da sua natureza vinculativa, a meta «nem sequer se alinha com o Plano REPowerEU, não reconhecendo a disparada dos preços da energia em resultado da agressão da Rússia à Ucrânia. Está muito aquém do objetivo de eficiência energética de 20 % necessário para que a UE cumpra as suas obrigações ao abrigo do Acordo de Paris».

No entanto, é consensual que se registaram alguns progressos em comparação com a diretiva em vigor. Em primeiro lugar, os requisitos de eficiência energética devem agora ser integrados nos contratos públicos.

Esta técnica normativa reflete as políticas horizontais promovidas na [legislação da UE em matéria de contratos](#) públicos e concessões, [ao abrigo das quais a aquisição ou concessão de produtos, serviços, edifícios e espaços públicos pelas administrações públicas é](#)

utilizada como alavanca para alcançar objetivos de sustentabilidade social e ambiental.

Em segundo lugar, a diretiva revista estabelecerá a obrigação de os grandes consumidores de energia adotarem um "sistema de gestão da energia". Isto inclui as PME que excedem os 85 terajoules de consumo anual de energia (um terajoule/TJ equivale a um bilião de joules; ou cerca de 0,278 gigawatts-hora/GWh, que é frequentemente utilizado em tabelas energéticas).

Caso contrário, serão sujeitos a uma auditoria energética (caso o seu consumo anual seja superior a 10TJ). Os trabalhadores podem ser positivamente afetados por esta disposição. Por exemplo, o plano de pessoal de gestão da MBO poderia incluir indicadores ligados aos objetivos de eficiência energética no âmbito do sistema de gestão da energia.

Os representantes dos trabalhadores poderiam negociar acordos coletivos que redistribuíssem os recursos provenientes da energia e da poupança de custos para se destinarem a aumentos salariais. Tal seria coerente com o [parecer do Comité Económico e Social Europeu](#), segundo o qual «uma nova consciência da necessidade de um consumo mais contido libertará recursos, que poderão depois ser utilizados para outras coisas.

Os acordos sindicais sobre objetivos mensuráveis e a distribuição de lucros entre empresas e trabalhadores podem ser um meio útil de sensibilização generalizada para a importância da poupança de energia». Em terceiro lugar, o acordo inclui a primeira definição da UE de pobreza energética – uma situação em que os agregados familiares não conseguem aceder a serviços e produtos energéticos essenciais.

As pessoas afetadas pela pobreza energética – os clientes vulneráveis, os agregados familiares com baixos rendimentos e, se for caso disso, as pessoas que vivem em habitações sociais – devem ter primazia quando os Estados-Membros aplicam medidas de melhoria da eficiência energética.

As regras revistas colocam uma maior ênfase na redução da pobreza energética e na capacitação dos consumidores, reconhecendo o apoio às comunidades energéticas como uma forma de atingir os objetivos. Uma vez que a condição de pobreza energética afeta muitas pessoas vulneráveis da classe trabalhadora, esta é certamente outra área de ação coletiva por parte dos sindicatos.

Sem surpresa, sindicatos de diferentes países da UE já estão envolvidos na cooperação com ONG e grupos ambientais para promover as comunidades energéticas como forma de democratizar o sistema energético, ligando simultaneamente a pobreza energética à descapacitação laboral (ver iniciativa de [CGIL](#) e ainda [Fiom-CGIL Milão](#) como exemplos).

O acordo provisório requer agora a adoção formal pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho. Seguir-se-ão outras observações logo após a publicação do texto no Jornal Oficial da União e a sua entrada em vigor.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Versão original Aqui.](#)

Conteúdos de referência Internacional

Publicações ETUI: A caminho da eletromobilidade - um futuro verde, mas mais desigual?



Imagem com DR

À medida que se torna cada vez mais claro que nenhum dos 14 milhões de postos de trabalho na indústria automóvel em geral não será afetado pela transição para a mobilidade elétrica, tem sido prestada menos atenção ao que aconteceria se a indústria automóvel europeia não conseguisse acompanhar o ritmo da concorrência mundial em tecnologias com emissões nulas em rápida evolução.

Um novo livro da ETUI revela que podem surgir mais riscos para o emprego e desigualdades crescentes se os fabricantes europeus continuarem a abandonar os segmentos de mercado inferiores dos veículos elétricos e a deixá-los nas mãos dos concorrentes estrangeiros.

Durante mais de uma década, os fabricantes de automóveis europeus deram prioridade a uma estratégia de alto nível e baixo volume para maximizar os lucros. Os SUV na Europa são vendidos, em média, por quase 60% mais do que um automóvel equivalente e os fabricantes parecem estar a abater automóveis pequenos em busca de lucro. VW, Stellantis e BMW anunciaram que não mudarão sua estratégia com carros elétricos.

[Aceda à publicação Aqui.](#)

Publicações ETUI:

**Para além do crescimento económico
O papel dos sindicatos na transição para o bem-estar**



É amplamente aceite que a prossecução do crescimento económico está a tornar-se cada vez mais inviável e indesejável, exigindo mudanças substanciais nas economias europeias. A atividade económica europeia em termos de emissões, utilização de recursos, poluição e impactos na biodiversidade é ecologicamente insustentável. Face a pontos de viragem a atingir em breve e a crises ecológicas inter-relacionadas em cascata, os impactos das atividades económicas têm de diminuir rápida e substancialmente para evitar catástrofes.

Já não é possível dissociar suficientemente o crescimento dos impactos ecológicos dentro do prazo exigido. Além disso, mesmo ignorando a necessidade de reduzir os impactos ecológicos, uma multiplicidade de razões – desde crises energéticas a alterações demográficas – estão a levar muitos economistas a questionar as perspetivas de crescimento da Europa.

Em todo o caso, a contenção de práticas ecologicamente nocivas será fundamental para fazer face às múltiplas crises que a Europa enfrenta.

A prossecução de um crescimento do PIB cada vez mais indiferenciado não irá, por conseguinte, produzir resultados para os trabalhadores em termos de bem-estar e progresso social. O PIB é particularmente inadequado para medir os benefícios dos serviços públicos e contabilizar as desigualdades.

Por conseguinte, os sindicatos devem reforçar a sua colaboração com o grupo crescente de intervenientes que apelam a um avanço do crescimento e a uma tónica no bem-estar.

Os serviços públicos são fundamentais neste contexto, uma vez que a sua natureza coletiva minimiza os impactos ecológicos, melhorando simultaneamente o bem-estar de mais pessoas. Os serviços básicos universais prestados numa base coletiva têm uma pegada ecológica substancialmente menor do que a satisfação das mesmas necessidades numa base individual. Os serviços públicos podem também proporcionar empregos significativos e de boa qualidade.

Os serviços básicos universais devem ser uma parte inalienável de qualquer transição justa, uma vez que estão no cerne de sistemas de proteção social fortes e eficazes. Por último, a concentração em serviços públicos universais de qualidade tem a vantagem adicional de tornar as economias menos dependentes do crescimento económico para garantir o bem-estar.

Uma aliança trabalho-natureza será indispensável para levar a cabo uma transformação socioecológica para além do crescimento. As ações de solidariedade entre ambientalistas e sindicalistas são, assim, um passo importante para um futuro melhor.

Os sindicatos podem desempenhar um papel único no desenvolvimento de narrativas que mostrem como uma Europa que vá além do PIB e se aproxime da redistribuição e da justiça social pode melhorar as vidas e os meios de subsistência em todo o continente.

[Aceda à publicação Aqui.](#)

ONU:

Dia Mundial dos OCEANOS destaca necessidade de proteger oceanos



Imagem com DR

Data é celebrada neste 8 de junho; Secretário-geral das Nações Unidas cita tratados que procuram conservar o ecossistema, mas afirma que é necessário “compromisso coletivo”.

Guterres lembra que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º14 visa a sustentabilidade dos oceanos.

Neste 8 de junho, as Nações Unidas marcam o Dia Mundial dos Oceanos fazendo parcerias com influenciadores, líderes indígenas, cientistas, setor privado, sociedade civil, celebridades e jovens ativistas para colocar o oceano em primeiro lugar.

Com o tema “**Planeta Oceano: as marés estão a mudar**”, a mensagem do Secretário-geral das Nações Unidas para a data destaca o histórico Tratado do Alto Mar, adotado em março deste ano para proteger 30% dos oceanos e garantir a conservação da biodiversidade marinha em áreas fora da jurisdição nacional.

Acordo global

Além disso, António Guterres ressalta os avanços nas negociações internacionais para um acordo global e juridicamente vinculante para acabar com a poluição plástica, que pode entrar em vigor em 2024.

No entanto, alerta que a biodiversidade marinha continua sofrendo os impactos da exploração predatória e da acidificação dos oceanos, ressaltando que um terço dos estoques de peixes são atualmente capturados em níveis insustentáveis.

Guterres também lembra que na Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos em Lisboa, em Portugal, no ano passado, o mundo concordou em trabalhar por uma ação oceânica mais positiva.

Compromisso coletivo

Para o líder da ONU, a concretização destas iniciativas exige um compromisso coletivo. Lembra que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n.º 14 de conservar e usar de forma sustentável os recursos dos oceanos, está em jogo.

Neste Dia Mundial dos Oceanos, António Guterres pede mais ação para a proteção.

Todos os anos, de 19 a 23 milhões de toneladas de plásticos são despejadas em ecossistemas aquáticos, afetando mais de 800 espécies, incluindo a humana.

Quase dois terços das 430 milhões de toneladas de plástico produzidas anualmente são itens de curta duração, ou de uso único.

Importância dos oceanos

A ONU lembra que o oceano cobre mais de 70% do planeta e produz pelo menos 50% do oxigênio do planeta. Além de abrigar a maior parte da biodiversidade da Terra, é a principal fonte de proteína para mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo.

Segundo os dados, o oceano é ainda fundamental para economia, com cerca de 40 milhões de pessoas empregadas por indústrias baseadas no oceano até 2030.

Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

Políticas e tecnologia podem reduzir em 80% poluição plástica, diz ONU



Imagem com DR

Proposta do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente mostra que custo da falta de ação pode ser bem superior a esforços para solucionar o problema; medidas poderiam gerar 700 milhões de novos postos de trabalho.

Um novo relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente revela que é possível eliminar em grande parte a poluição plástica nos oceanos com medidas acertadas entre os setores público e privado.

Fonte:

[ONU News](#) - Perspectiva Global

NOTÍCIAS NACIONAIS

Reprogramação do PRR reforça aposta na transição energética

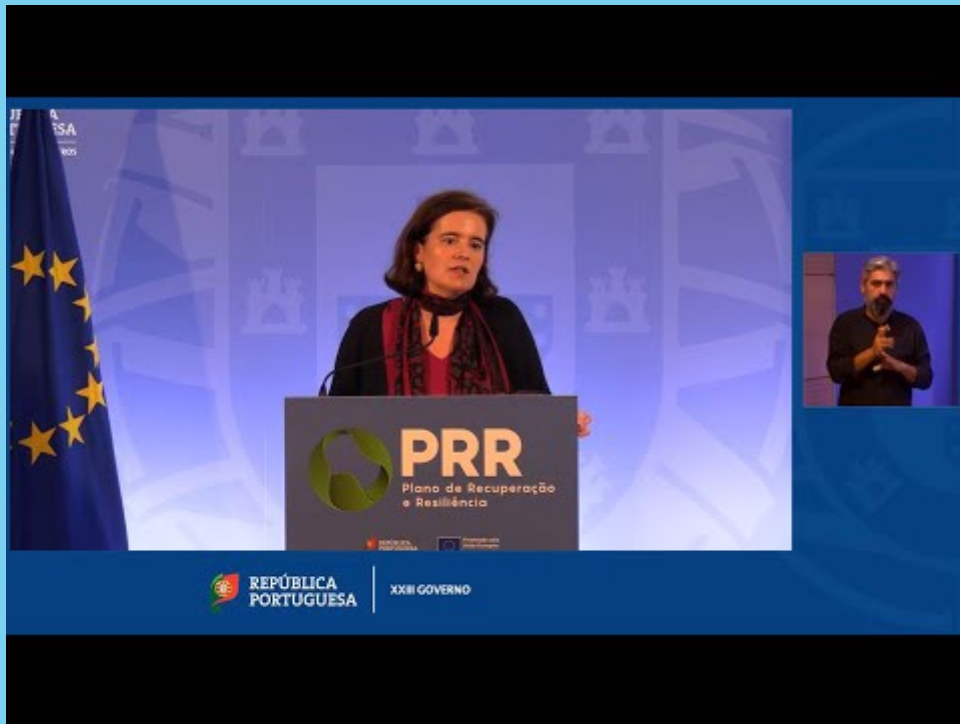


Imagem com DR

Apresentação do projeto de reprogramação do PRR submetido à Comissão Europeia / 1Energia eólica **Montante a executar passa de 16 644 milhões de euros para 22 220 milhões de euros** [O projeto de reprogramação do Plano de Recuperação e Resiliência \(PRR\)](#) apresentado pelo Governo à Comissão Europeia reforça a aposta na transição energética. A proposta prevê também que o montante a executar passe de 16 644 milhões de euros para 22 220 milhões de euros.

Este aumento, de 5,576 mil milhões de euros, resulta da atribuição de mais 2,4 mil milhões de subvenções (onde se inclui o RePowerEU) e de mais 3,2 mil milhões de euros de empréstimos.

Numa conferência de imprensa, que decorreu em Lisboa, a Ministra da Presidência, Mariana Vieira da Silva, referiu as prioridades do projeto de reprogramação português: reforço da aposta na transição energética; aumento da competitividade da economia portuguesa; fortalecimento do Estado Social e valorização da coesão territorial.

Mariana Viera da Silva disse também que, após a Comissão Europeia aprovar este projeto de reprogramação, «passaremos de um total de 115 medidas para 156», de «31 reformas para 43» e de «83 investimentos para 113».

No âmbito da transição energética - um dos pontos fortes desta reprogramação - a Ministra disse que está previsto «o apoio de mais 70 mil projetos de eficiência energética em edifícios residenciais e em mais 70 mil m2 de área em edifícios de serviços». O Governo vai ainda criar «um canal digital para o licenciamento e acompanhamento de projetos de energias renováveis», entre outras medidas.

No que respeita ao aumento da competitividade da economia, a Ministra salientou, entre outras medidas, o reforço financeiro às agendas mobilizadoras e verdes aprovadas (passando dos 930 milhões de euros para os 2.800 milhões de euros), a criação de um Centro Nacional de Computação Avançada, e o apoio à contratação de investigadores com perfis altamente competitivos a nível internacional.

A reprogramação do PRR permitirá, também, o fortalecimento do Estado Social e a valorização da coesão territorial através de um conjunto de medidas onde se incluem: a construção e requalificação de mais unidades de saúde, a disponibilização de 18.000 camas de alojamento estudantil a custos acessíveis, a requalificação de mais 10.000 lugares em creches, a renovação de 75 escolas públicas dos 2.º e 3.º ciclos e do ensino secundário, a criação da Prestação Social Única, a implementação do sistema BRT Braga, a instalação de 10 novas Lojas de Cidadão 3.0, 100 novos Espaços Cidadão, e 14 Espaços Cidadão Móveis.

Reformas de reprogramação do PRR

Mariana Vieira da Silva referiu ainda, na sua intervenção, as 11 reformas previstas na reprogramação do PRR, entre as quais se destacam:

- criação de um observatório nacional da pobreza energética;
- reforma do atendimento público, consolidando canais digitais e presencial;
- simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis;
- eficiência e simplificação do sistema de prestações sociais;
- criação de um novo modelo de avaliação na Administração Pública, para tornar a carreira mais atrativa para os trabalhadores.

Com esta reprogramação do PRR, a Ministra frisou que o País passa agora de 341 metas para 501, a cumprir até 2026.

Fonte: Portugal.gov.pt

Um país mais verde, mais cedo: o Plano Nacional de Energia e Clima 2030 está a ser revisto pela primeira vez (VÍDEO)



O Ministério do Ambiente e Ação Climática publicou hoje o documento com objetivos até 2045 Portugal antecipou em quatro anos a meta de incorporação de energias renováveis na produção de eletricidade. Assim, já a partir de 2026, 80% da energia produzida em território nacional será de origem renovável, uma meta que antes estava fixada para 2030. Com isto, o país prepara-se para atingir a neutralidade climática em 2045.

Estas são algumas das principais conclusões incluídas na primeira versão da revisão do Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), publicada hoje pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC). O documento resulta de um processo participado de auscultação e envolvimento dos diferentes atores, incluindo uma consulta pública prévia no Portal Participa, um workshop setorial e um périplo regional de Assembleias Participativas. Os trabalhos vão continuar nos próximos meses, sendo que a data-limite para submeter uma versão final à Comissão Europeia é o dia 30 de junho de 2024.

Renovada ambição na política energética e climática

Esta primeira versão de trabalho estabelece:

- Novas metas de redução de emissões de gases com efeito de estufa, de acordo com o previsto na Lei de Bases do Clima (LBC);
- Novas metas de incorporação de energia a partir de fontes renováveis;
- Novas medidas a adotar para a sua concretização.

A revisão reflete o firme compromisso do Governo com a aceleração da transição climática e energética, com a segurança energética e com a industrialização do país, assegurando empregos de futuro e energia verde a preços competitivos.

Entre os objetivos nacionais inscritos no PNEC 2030, destaca-se a descarbonização da economia nacional em todos os setores de atividade.

Estão previstas medidas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa a nível nacional em 55%, face a 2005, para as seguintes áreas:

- Energia e indústria;
- Edifícios residenciais e de serviços;
- Mobilidade e transportes;
- Agricultura e florestas;
- Águas residuais e resíduos.

Neutralidade climática em 2045

O nível de ambição do PNEC 2030 está alinhado com o objetivo de longo prazo de se atingir a neutralidade climática, encontrando-se em estudo a antecipação desta meta para 2045, tal como anunciado na Lei de Bases do Clima.

A aposta no reforço das energias renováveis será muito significativa, promovendo-se a eletrificação e a diversificação de fontes de energia, incluindo a produção e o consumo de gases renováveis, como o hidrogénio verde e o biometano.

Na presente década, e até 2030, pretendemos duplicar a capacidade instalada de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, acelerando a descarbonização e dando resposta às necessidades dos novos investimentos industriais previstos para o nosso país, criadores de emprego verde e de valor acrescentado nacional.

Hidrogénio, energia solar e eólica

A Estratégia Nacional do Hidrogénio será revista, mais do que duplicando a capacidade prevista de eletrolisadores até 2030 (de 2,5 GW para 5,5 GW), contribuindo assim para a segurança de abastecimentos no espaço europeu e permitindo:

- descarbonizar a indústria nacional;
- atrair novas indústrias que produzem derivados do hidrogénio verde;
- exportar hidrogénio verde para a União Europeia.

Para dar resposta ao aumento muito expressivo e virtuoso de procura por eletricidade verde, reforçamos a aposta no solar fotovoltaico, incluindo a produção descentralizada (como as Comunidades de Energia Renovável).

A produção solar centralizada prevista nesta revisão do PNEC não ultrapassa 0,4% de ocupação do território nacional e é acompanhada de medidas de compensação aos territórios e de partilha de energia com as comunidades, bem como de uma maior preponderância da produção descentralizada.

Para concretizar os objetivos propostos, serão reforçadas as políticas públicas em curso, incluindo por via da criação de uma Estrutura de Missão para as Energias Renováveis, prevista no novo capítulo do PRR nacional, e ainda:

- a consequente melhoria de processos e ferramentas;
- o reforço dos meios das entidades licenciadoras;
- a definição de *Go to Areas*, ou seja, áreas preferenciais para a instalação de renováveis;

- a criação de uma via verde para o licenciamento de projetos com elevada maturidade;
- melhorias no enquadramento aplicável ao Autoconsumo Coletivo e Comunidades de Energia Renovável, acompanhadas de novas ferramentas, novos incentivos e novos modelos de divulgação.

Quanto à produção eólica offshore, reafirmamos o compromisso de lançar, até 2030, leilões correspondentes a uma capacidade de 10 GW, reforçando assim a estabilidade do nosso sistema elétrico e atraindo para o nosso país a cadeia de valor das tecnologias offshore. O primeiro leilão terá lugar já este ano, permitindo instalar pelo menos 2 GW até 2030.

A capacidade instalada de eólica *onshore* será também reforçada, melhorando o enquadramento para o reequipamento dos atuais parques com tecnologia mais recente, com maior capacidade e maior produção.

Menos gás natural

O aumento da incorporação de geração renovável permitirá reduzir de forma muito expressiva a produção de eletricidade a partir de gás natural, caminhando assim para a sua eliminação a partir de 2040, compromisso assumido na Lei de Bases do Clima.

Assim, fruto das políticas públicas entretanto adotadas e das melhorias em curso, antecipamos para 2026 a meta de 80% de incorporação de geração renovável no sistema elétrico, e pretendemos alcançar os 85% já em 2030, assegurando eletricidade verde, fiável e a custos competitivos para empresas e famílias.

Investimento de 75 mil milhões de euros

A estratégia de transição energética no nosso país representa 75 mil milhões de euros de investimento em projetos de produção de energia verde (eletricidade e gases renováveis). Este investimento terá um efeito multiplicador, tanto a montante – por via de novos projetos industriais de fornecimento dos equipamentos e serviços necessários à sua instalação – como a jusante – em resultado das novas indústrias verdes que se instalam no nosso país. Estes novos investimentos contribuem também para a coesão social e territorial, potenciando a criação de emprego de qualidade ao longo do território.

A transição energética em curso, assente na valorização dos recursos endógenos de que dispomos no nosso país, permite ainda reforçar a segurança energética, reduzindo a nossa dependência externa e limitando a exposição à volatilidade dos mercados de combustíveis fósseis.

A estabilidade do sistema elétrico, com uma crescente incorporação de geração renovável, será assegurada por via da combinação das diferentes tecnologias, complementada pelo desenvolvimento de uma Estratégia Nacional de Armazenamento, incluindo baterias e bombagem hídrica, tecnologias para as quais iremos lançar novos concursos.

Em paralelo, as infraestruturas de rede estão a ser alvo de um cuidado e adequado planeamento, que permite gerir este recurso estratégico de

forma eficiente, em prol do crescimento sustentado do país. Os investimentos em novas infraestruturas serão acompanhados de mecanismos de gestão flexível e dinâmica da rede, envolvendo produtores e consumidores.

Do lado do consumo de energia, serão reforçadas as medidas de incentivo à descarbonização dos transportes, da indústria e dos edifícios, criando novos instrumentos ou melhorando os existentes. Será dada particular atenção às famílias mais vulneráveis e à classe média, com políticas ajustadas às suas necessidades.

Fonte: Portugal.gov.pt

Governo está a trabalhar para posicionar o País na transformação energética



Imagem com DR - Ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva, no protótipo do carro autónomo da Portugal autocluster, Oliveira de Azeméis, 23 junho 2023

O Governo está «a fazer um esforço titânico para articular novas ferramentas e novos projetos para posicionar o País nesta transformação energética», na qual Portugal «tem condições para ser um protagonista fundamental», devido a trunfos como as minas de lítio e a capacidade de gerar energia renovável, disse o Ministro da Economia e do Mar, António Costa Silva.

O Ministro, que discursava no encerramento da sessão de apresentação das conclusões do projeto «Portugal Auto Cluster for the future» em

Oliveira de Azeméis, afirmou que, a par da transição energética, a indústria automóvel e de componentes de automóvel deve também ser um protagonista fundamental nesta transição, se tiver capacidade de fixar projetos, como o fabrico de veículos elétricos em território nacional.

«Vamos ter um pacote dedicado a esses grandes projetos, mobilizando aquilo que resta dos empréstimos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência da União Europeia», disse, acrescentando que novos pacotes serão anunciados em breve.

«Queremos que as agendas estejam o mais depressa possível no terreno para continuar todo este trabalho» através de «um pacote para os projetos estratégicos na área da mobilidade, fabricação de baterias e produção de cabos elétricos».

Se a indústria e a investigação assumirem o projeto, «eventualmente a nossa indústria de componentes estará mais bem posicionada do que nunca para continuar o seu desenvolvimento e ser cada vez mais competitiva e um pilar seguro da economia do nosso País», referiu.

O projeto Portugal Auto Cluster for the future (PAC), que reuniu 21 entidades - nove industriais e 12 do sistema científico e tecnológico nacional – dedicou-se ao desenvolvimento de novos conceitos e arquiteturas de veículos, dos seus interiores, estruturas, exteriores, sensorização, conectividade e novos processos de fabrico tendo por base novas tecnologias de produção.

Este projeto, com um investimento elegível de oito milhões de euros, durante três anos, é de grande importância para assegurar a competitividade da indústria automóvel e da indústria de componentes automóveis em Portugal.

Fonte: Portugal.gov.pt

Publicação com o Apoio de:



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by
mari

 [Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)



BENCHMARK

TESTE JÁ